



Número 283
Atualizada em 10/01/2025
(1ª versão divulgada em 02/01/2025)

Salário mínimo
de R\$ 1.518,00 em 2025

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Salário mínimo de R\$ 1.518,00 em 2025

A partir deste mês, o salário mínimo (SM) oficial no Brasil está fixado em R\$ 1.518,00, o que representa reajuste nominal de 7,50%. Conforme a Lei 14.663, de 28 de agosto de 2023, o reajuste aplicado corresponde à inflação de 4,84%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), para o período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, acrescida do percentual de 2,5%, como estabelecido pela Lei 15.077/2024, que alterou o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo (PNVSM). O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 12.342, com o novo valor, em 30 de dezembro.

Com isso, o salário mínimo terá variação nominal de R\$ 106,00, alcançando o valor de R\$ 1.518,00. Caso valesse a regra que previa o repasse integral da taxa de crescimento do PIB de 2023, que foi 3,2%, o piso nacional seria de R\$ 1.528,00, ou seja, maior em R\$ 10,00.

O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, foi reajustado em 20,00% para uma inflação acumulada de 18,54%, o que significou aumento real de 1,23%. No ano seguinte, o valor foi corrigido em 8,33%, enquanto o INPC atingiu 7,06%. Em 2005, a correção foi de 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação correspondeu a 3,21% e o reajuste do salário mínimo alcançou 16,67%, aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, com o INPC de 3,30% entre maio de 2006 e março de 2007, houve acréscimo de 8,57%, o que representou ganho real de 5,1%. Em fevereiro de 2008, o salário mínimo subiu 9,21%, enquanto a inflação acumulada foi de 4,98%, aumento real de 4,03%. Com o reajuste para R\$ 465,00, em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real do SM entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, passou a valer R\$ 510,00, aumento real de 6,02%, resultante da aplicação de 9,68%, diante de inflação anual de 3,45%. Em 2011, mesmo com variação negativa do Produto Interno Bruto de 2009, o piso registrou ganho real de 0,37% e, em 2012, com repasse de 7,5% da alta do PIB de 2010 e arredondamento de valor, foi fixado em R\$ 622,00. Em janeiro de 2013, houve elevação para R\$ 678,00 e, em janeiro de 2014, para R\$ 724,00. Com o reajuste de janeiro de 2015, o valor do salário mínimo foi para R\$ 788,00; e, em 2016, atingiu R\$ 880,00. Em janeiro de 2017, passou a valer R\$ 937,00, acumulando perda, no ano, de 0,10%, considerando a taxa anual do INPC, em 2016, de 6,58%. Em janeiro de 2018, com o valor de R\$ 954,00, a perda acumulada em 2017 e 2018 foi de 0,34%,

conforme pode ser visto na Tabela 1 e Gráficos 1 e 2. Em 2019, valendo R\$ 998,00, o salário mínimo apresentou ganho de 1,14%, porém, em 2020, o valor praticamente não foi alterado.

Em 2021, não houve incorporação de qualquer ganho real, exceto por reflexo do pequeno arredondamento para R\$ 1.100,00. Em 2022, a repetição do ocorrido no ano anterior: o salário mínimo não teve aumento real, somente acompanhou a inflação medida pelo INPC.

Em 2023, o valor foi fixado em R\$ 1.302,00, que significou aumento real de 1,41%. Em janeiro de 2024, o salário mínimo passou a R\$ 1.412,00, variação nominal de 8,45% ou aumento real de 4,69% na comparação com janeiro de 2023.

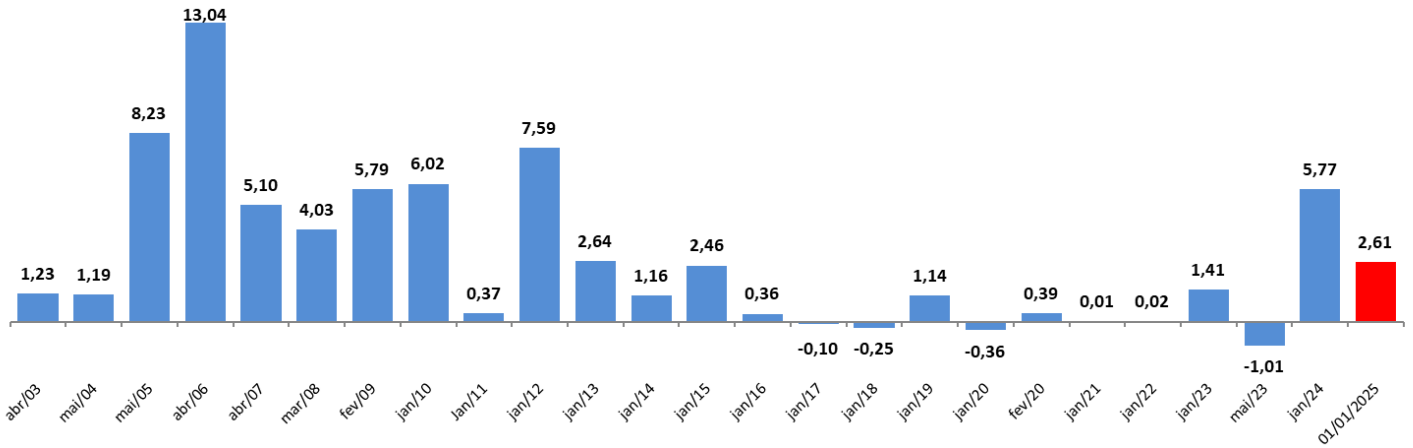
Agora, em janeiro de 2025, com o valor nominal de R\$ 1.518,00, o aumento real equivale a 2,61% (descontada a inflação de 2024 de janeiro a dezembro).

TABELA 1
Reajuste do salário mínimo 2003-2025

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
Jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.212,00	10,18	10,16	0,02
jan/23	1.302,00	7,43	5,93	1,41
mai/23	1.320,00	1,38	2,42	-1,01
jan/24	1.412,00	6,97	1,14	5,77
01/01/2025	1.518,00	7,51	4,84	2,61
Total período	-	659,0	289,9	94,7

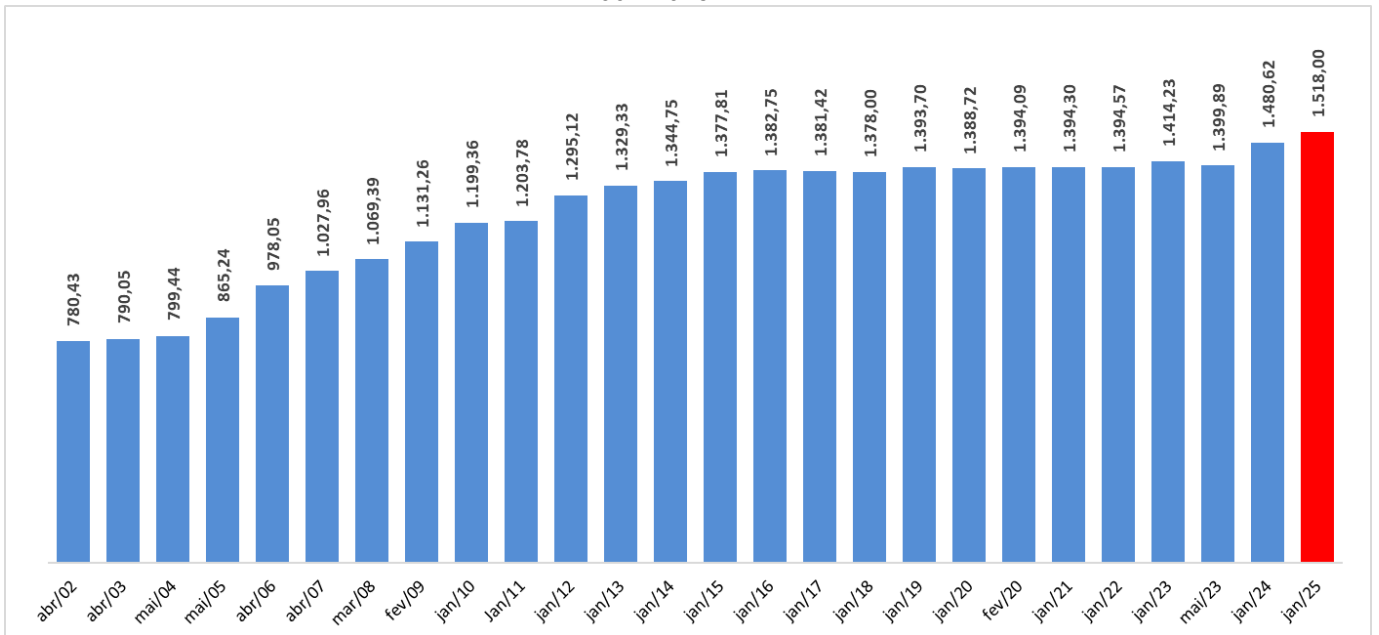
Fonte: IBGE; DIEESE. Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 1
Aumentos reais no salário mínimo em %
2003-2025



Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Salário mínimo em valores constantes de janeiro de 2025
2002-2025



Elaboração: DIEESE

Benefícios da política de valorização do salário mínimo

A política de valorização do salário mínimo produziu fortes impactos econômicos e sociais no Brasil de 2003 até o momento em que foi descontinuada, em 2019. Foi criada a partir de negociações diretas, realizadas anualmente entre o governo federal e as Centrais Sindicais, e resultou na Lei 11.709/2008, que instituiu a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo e assegurou os aumentos do piso nacional.

Vale destacar:

- Com enorme alcance, a política favorece a todos que recebem 1 SM: assalariados, servidores públicos, beneficiários da Previdência e os que usufruem de outros benefícios sociais (abono, Benefício de Prestação Continuada - BPC)
- Ao elevar o piso nacional, a política contribui para reduzir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, negros e não negros, entre regiões do país.
- Tem impacto positivo sobre os reajustes dos pisos salariais das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras
- Contribuiu para a melhora da renda dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada, pois o salário mínimo é referência para os proventos também desse grupo.
- O salário mínimo está em patamar acima do que estava nos anos 1990, 2000, 2010 e no período anterior à atual Constituição de 1988 - ou seja, a política de valorização surtiu efeito.
- O SM tem relação direta com a despesa pública, por causa do piso dos benefícios previdenciários e sociais, e com os vencimentos de servidores públicos. No entanto, parte do aumento dessa remuneração retorna via arrecadação tributária.
- O peso do custo com juros da dívida reduz a margem para investimentos que são necessários para estimular a economia e a geração de empregos.
- A política constitui um dos fatores mais importantes para o aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial na história do país.
- A política estabeleceu uma regra permanente e previsível, promovendo a recuperação do salário mínimo de forma gradativa e diferida no tempo, com referência, para os aumentos reais, no crescimento da economia.

- A valorização do SM induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira.
- Com o fim da política de valorização do SM, de 2019 a 2022, em uma conjuntura de inflação alta, o salário mínimo estagnou, pois nesse período houve somente o repasse anual da inflação passada, sem aumento real:
 - 1) enquanto a inflação aumenta mensalmente, o SM real vai ficando menor, o que reduz o poder de compra - que somente será recuperado lá na frente, na reposição da inflação. O aumento real ameniza essa situação.
 - 2) Mesmo com a reposição da inflação, houve perda de poder de compra em relação aos preços dos alimentos, que tiveram aumento considerável e pesam muito no orçamento familiar da classe trabalhadora.

Impactos da elevação do salário mínimo na economia em 2025

Cerca de **59,9 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo. Com o reajuste para R\$ 1.518,00, estima-se que:

- **R\$ 81,5 bilhões** representam o incremento de renda na economia.
- **R\$ 43,9 bilhões** correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento de R\$ 106,00 no salário mínimo

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS	28.145	38.784.391.516	20.904.787.027
Empregados	17.328	23.877.602.294	12.870.027.636
Conta própria	10.075	12.815.673.480	6.907.648.006
Trabalhadores Domésticos	4.044	5.573.134.970	3.003.919.749
Empregadores	332	422.474.448	227.713.727
Total	59.925	81.473.276.708	43.914.096.146

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social

Nota:(1) refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (2) considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (3) considerando tributação média sobre consumo de 53,9%. Este valor é indicado na publicação Ipea, Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

Apenas para comparar, se o valor fosse de R\$ 1.528,00, caso aplicada a variação de 3,2% do PIB de 2023, em vez do teto do NAF (acréscimo de R\$ 10,00 sobre os R\$ 1.518,00), os resultados seriam:

- Renda adicional: R\$ 89,2 bilhões.
- Arrecadação tributária adicional: R\$ 48,0 bilhões.

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até um salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Na esfera municipal, a participação daqueles que recebem até 1 SM é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3).

Quando se observa o impacto do reajuste de 7,50% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no setor público por faixa de remuneração

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 1.412,00	De 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Mais de R\$ 1.518,00	Total (1)
Norte	0,55	0,11	77,67	100,00
Nordeste	0,52	0,17	76,04	100,00
Sudeste	0,54	0,11	75,93	100,00
Sul	0,39	0,06	77,95	100,00
Centro-Oeste	0,78	0,04	58,37	100,00
Total	0,59	0,09	70,91	100,00
Valor absoluto	4.892	785	585.989	826.434
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 1.412,00	De 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Mais de R\$ 1.518,00	Total (1)
Norte	1,46	0,24	45,07	100,00
Nordeste	4,72	0,41	50,03	100,00
Sudeste	4,49	0,19	34,14	100,00
Sul	0,65	0,10	61,67	100,00
Centro-Oeste	0,68	0,10	31,48	100,00
Total	3,14	0,23	43,08	100,00
Valor absoluto	89.771	6.497	1.232.447	2.860.665
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 1.412,00	De 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Mais de R\$ 1.518,00	Total (1)
Norte	8,57	2,45	54,54	100,00
Nordeste	11,23	2,81	56,87	100,00
Sudeste	4,21	1,57	77,52	100,00
Sul	1,69	0,67	87,73	100,00
Centro-Oeste	4,97	2,32	74,04	100,00
Total	6,70	2,00	69,39	100,00
Valor absoluto	436.836	130.472	4.523.669	6.519.640

Fonte: MTE. Rais 2023

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui os vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do reajuste do SM para R\$ 1.518,00 na folha total

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 1.412,00	De R\$ 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Total
Norte	0,02%	0,00%	0,03%
Nordeste	0,02%	0,00%	0,02%
Sudeste	0,03%	0,00%	0,03%
Sul	0,02%	0,00%	0,02%
Centro-Oeste	0,04%	0,00%	0,04%
Total	0,03%	0,00%	0,03%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 1.412,00	De R\$ 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Total
Norte	0,10%	0,00%	0,11%
Nordeste	0,37%	0,00%	0,37%
Sudeste	0,32%	0,00%	0,32%
Sul	0,05%	0,00%	0,05%
Centro-Oeste	0,12%	0,00%	0,12%
Total	0,23%	0,00%	0,23%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 1.412,00	De R\$ 1.412,00 a R\$ 1.518,00	Total
Norte	0,80%	0,04%	0,83%
Nordeste	1,07%	0,04%	1,12%
Sudeste	0,29%	0,02%	0,31%
Sul	0,15%	0,01%	0,16%
Centro-Oeste	0,32%	0,03%	0,34%
Total	0,50%	0,02%	0,53%

Fonte: MTE. Rais 2023
 Elaboração: DIEESE

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até um salário mínimo é de **50,6%** e corresponde a **69,6%** do total de beneficiários, segundo o Boletim Estatístico da Previdência de setembro de 2024.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 ao salário mínimo tem impacto estimado de **R\$ 365,9 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.
- Assim, os **R\$ 1.518,00 (R\$ 106,00 a mais)** significarão custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 38,9 bilhões**.

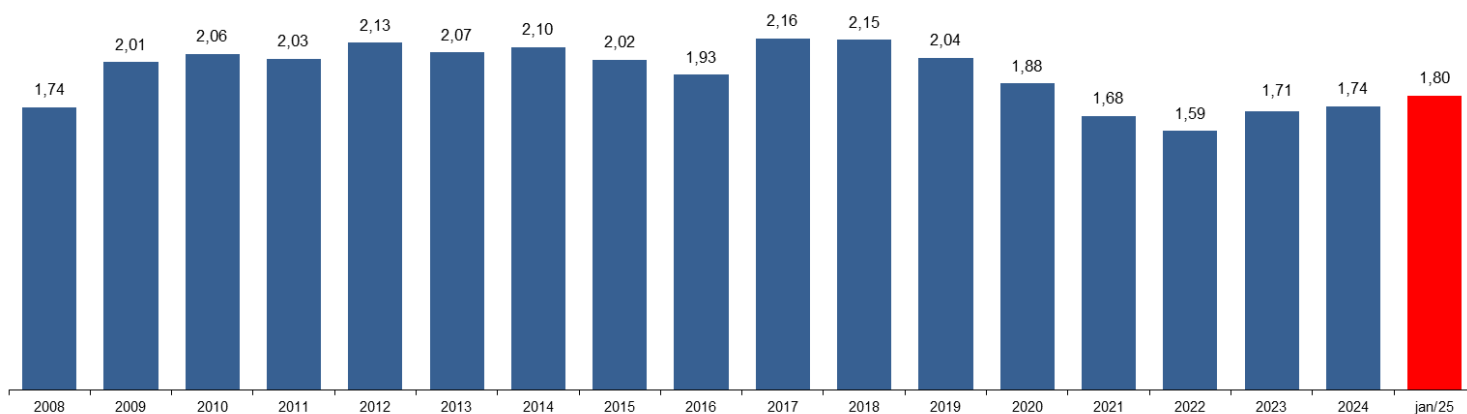
- O custo seria mais que compensado pelo aumento da arrecadação tributária, como mostra a Tabela 2, em que se estima **retorno de R\$ 43,9 bilhões em arrecadação de tributos**.

Se o valor fosse de R\$ 1.528,00, o **custo seria de R\$ 42,4 bilhões, diante dos R\$ 38,9 bilhões com R\$ 1.518,00**.

Relação entre salário mínimo e cesta básica

Conforme dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE¹, o custo médio da cesta básica na cidade de São Paulo, em 2024, foi de R\$ 813,46 (estimativa). Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.412,00 teve poder de compra equivalente a 1,74 cesta básica no ano. Em relação a janeiro de 2024, mês do penúltimo reajuste, quando a cesta custava R\$ 793,39, o poder de compra do salário mínimo era equivalente a 1,78 cesta. Estimando em R\$ 850,00 o valor do conjunto de alimentos básicos em janeiro de 2025, o novo salário mínimo de R\$ 1.518,00 compra 1,79 cesta básica no mês.

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo
2008 a 2025



Fonte: DIEESE

Obs.: a) Cálculo usando valor médio anual da cesta no município de São Paulo, com estimativas para janeiro de 2025

1 A cesta básica é composta por 13 itens alimentícios definidos no Decreto no 399/1938 e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de um trabalhador e da família dele. A cidade de São Paulo tem sido, em geral, aquela onde a cesta apresenta o maior custo.

TABELA 6
Quantidade de cestas básicas adquiridas com
um salário mínimo na cidade de São Paulo
1995-2025

Ano	Relação Salário Mínimo/ Cesta Básica
1995	1,06
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011	2,03
2012	2,13
2013	2,07
2014	2,10
2015	2,02
2016	1,93
2017	2,16
2018	2,15
2019	2,04
2020	1,88
2021	1,68
2022	1,59
2023	1,71
2024	1,74
jan/25	1,80

Fonte: DIEESE

Obs.: Cálculo usando valor médio anual da cesta no município de São Paulo, com estimativas para janeiro de 2025